

História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as “Conferências Populares da Glória”

History and historians in the Science Popularization of Nineteenth-Century Brazil: the “Gloria Popular Conferences”

Bruno Leal Pastor de Carvalho ^a

E-mail: bruno.leal@unb.br

<https://orcid.org/0000-0002-1158-5708> 

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender que lugar a história e os “historiadores” ocuparam nas Conferências Populares da Glória, considerada pela literatura especializada como um marco da “vulgarização científica” do Brasil oitocentista. Para esse fim, serão examinados os perfis dos principais “conferencistas de história”, as temáticas dessas conferências e o teor de algumas dessas falas. Considera-se neste estudo o período 1873-1880, e o corpus documental é formado por resumos e transcrições das conferências publicadas em jornais e revistas do Rio de Janeiro. A análise evidenciou que um dos mais importantes eventos de vulgarização científica do Brasil no século XIX reservou um lugar expressivo para temas históricos e que os “historiadores” e a “história” aí representados estavam alinhados com as perspectivas históricas predominantes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estando a história, a exemplo de outras humanidades e ciências da natureza, a serviço do projeto de instrução pública que orientou, desde o início, as Conferências Populares da Glória.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia; Conhecimento histórico; Campo científico.

ABSTRACT

This paper aims to understand the place of History and historians in the Gloria Popular Conferences – considered by the historiography as one of the most important and ambitious Science Communication projects in Brazil during the 19th century. For that, the profiles, themes, and approaches of History lecturers held between 1873-1880 were analyzed, indicating that historical themes played an expressive role on the Gloria Popular Conferences. Moreover, the results show that historians and the represented History were aligned with the historiographic purposes of Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), whereby History, as well as other humanities and natural sciences, met the public education criteria that guided the project from its beginning.

KEYWORDS

Historiography; Historical knowledge; Scientific field.

A maneira de nomear a comunicação da ciência para amplas parcelas da sociedade tem sido objeto de intenso debate na literatura especializada (VERGARA, 2008). No Brasil, o termo “divulgação científica” já era utilizado na última década do século XIX, para se referir a atividades de popularização do saber científico para o público leigo (REVISTA..., 1894, p. 212). Essa expressão, contudo, ainda era pouco empregada. Desde os anos 1870, a nomenclatura era outra: “vulgarização científica” (quase sempre escrita com “s”), tradução direta da expressão francesa *vulgarisation scientifique*, utilizada com a mesma intenção que no Brasil: difundir os conhecimentos e as novidades científicas para a nova “sociedade de massas”, isto é, aquela sociedade surgida de uma segunda fase do processo de industrialização, caracterizada pela concentração populacional nas cidades e informada pelos novos meios de comunicação de massa.

Esse tipo particular de comunicação pública assumiu contornos mais nítidos a partir da segunda metade do século XIX, quando cientistas, jornalistas e mediadores culturais na Europa e em outros pontos do Ocidente engajam-se na tarefa civilizacional de “instruir” e “iluminar” suas respectivas nações com os novíssimos saberes científicos. Acreditava-se que, quanto mais o corpo social da nação estivesse a par das realizações científicas de seu país, maior seria o sentimento de pertencimento a ele. A aceitação de um Estado no concerto das nações no século XIX dependerá, dentre outras variáveis, do seu grau de avanço científico e do engajamento da sociedade com a ciência.

As *conferências científicas* foram uma das principais formas de vulgarização da ciência no século XIX. O formato surgiu na Europa em princípios do século XVIII. Segundo Antoni Malet (2002), de início, essas conferências eram agrupadas em séries ou cursos de 10 ou 12 aulas no formato *master class*, podendo se estender por dois meses ou mais. Eram ministradas por professores universitários ou acadêmicos destacados, quase sempre membros de academias ou sociedades científicas. As atividades, segundo Malet, podiam ser realizadas em diferentes espaços: desde as próprias casas dos palestrantes até espaços palacianos. Muitos, descreve o autor, adotavam um circuito itinerante e usavam cafeterias para fazer as conferências, falando para um público urbano e heterogêneo.

Um modelo derivado das conferências públicas europeias, as *popular lectures*, fizeram sucesso semelhante nos Estados Unidos. Diferentes dos sermões, da oratória e dos discursos públicos convencionais, essas formas de comunicação popular visavam, segundo Donald M. Scott (1980), instruir a população, levando-lhe “conhecimentos úteis”. Na cidade de Nova York, entre 1840 e 1860, conforme aponta levantamento de Scott, havia anúncios de mais de 3 mil dessas palestras. A maioria desses encontros acontecia dentro de liceus escolares, já que os seus amplos auditórios eram ideais para

receber grupos numerosos, além de bem acomodar os palestrantes. O uso de instalações escolares fez com que o movimento se ramificasse por todo o país e se tornasse conhecido como *lyceum movement*.

O liceu em Belfast, no Maine, no período 1851-1852, patrocinou palestras sobre astronomia, biologia e fisiologia, os princípios da geologia, conversação, leitura, cultivo da memória, delírios populares sobre a Idade Média, Islândia, a igualdade da condição humana, a verdadeira missão das mulheres, a vida doméstica dos turcos, o problema da idade, a origem da carta, entre outros assuntos (SCOTT, 1980, p. 791, tradução nossa).

É nesse contexto de grande efervescência para a vulgarização científica e de consagração do modelo de conferências que devemos entender a realização das Conferências Populares da Glória. No Brasil, os valores científicos que mobilizavam europeus e norte-americanos também eram vistos como um modelo civilizacional e de esclarecimento, cuja completa realização só seria factível, caso fosse tomado como empreendimento de ampla conscientização científica, capaz de englobar especialistas, homens públicos, governantes, organizações da sociedade civil e setores populares.

As Conferências Populares da Glória

Entre 1873 e 1898, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, foram realizadas centenas de conferências sobre os mais variados e atuais tópicos científicos, educacionais e culturais do momento. As chamadas Conferências Populares da Glória aconteceram, inicialmente, em escolas da freguesia da Glória, e contaram com o entusiasmo da Coroa e a cobertura da imprensa local. Os conferencistas (quase todos homens) eram majoritariamente brasileiros, em geral professores, acadêmicos ou intelectuais.

Embebidas de espírito iluminista, essas conferências tinham a missão de levar às massas populares informações científicas e educacionais de forma acessível e esclarecedora, algo que, como veremos, não foi plenamente alcançado. A ideia de seus organizadores era “civilizar” a sociedade por meio do conhecimento. Em um contexto mais amplo, as conferências devem ser vistas como parte do projeto de “instrução pública” do Brasil Imperial. Segundo explica Alessandra F. Martinez de Schueler (1999, s. p.), “desde meados do século XIX, a educação das crianças, jovens e adultos das camadas populares livres, nacionais e estrangeiras, e libertas, constituiu um dos

projetos de reforma insistentemente discutido pelos dirigentes do Estado e por outros setores da sociedade imperial”.

O projeto das Conferências Populares da Glória foi idealizado e coordenado durante um longo período pelo conselheiro Manuel Francisco Corrêa (1831-1905). Filho do comendador homônimo e de Francisca Corrêa, Manuel se formara em Letras pelo Colégio Pedro II e estudou direito na Faculdade de São Paulo, formando-se em 1854. Na política, fez uma carreira de sucesso. Recebeu o título de conselheiro extraordinário da Coroa, foi senador do Império, deputado geral pelo Paraná e presidente da província de Pernambuco. No meio intelectual, Corrêa também se destacou. Além de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foi um dos criadores da Associação Promotora da Instrução e fundou a primeira escola normal da corte (CARULA, 2009). Nas Conferências Populares da Glória, Corrêa cuidava praticamente de tudo. Era ele quem escolhia e convidava os palestrantes. Quando um orador faltava, era o conselheiro quem o substituíria (CARULA, 2009).

As Conferências Populares da Glória tiveram início em 23 novembro de 1873 e neste primeiro ano foram realizadas nove conferências. No ano seguinte, já com organização da Sociedade Promotora da Instrução Pública, as conferências se tornaram uma constante na vida política e cultural da cidade. Segundo Maria Helena Camara Bastos (2002), a Sociedade Promotora da Instrução Pública tinha um papel de relevo nas questões educacionais do município. Seus estatutos “previam a fundação de classes de ensino primário, de classes de ensino secundário, de cursos de ensino profissional e superior, de publicações úteis, de conferências e de leituras públicas, de uma biblioteca, de museus, de laboratórios e de gabinetes de ciências naturais; de uma exposição de objetos” (BASTOS, 2002, p. 3).

As Conferências Populares da Glória ocorriam aos domingos, às 11h, e às quintas-feiras, às 18h (CARULA, 2009). Alguns jornais do Rio de Janeiro promoviam e comentavam a atuação dos conferencistas. *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, *A Reforma*, *O Globo* e *O Apostolo* foram alguns dos veículos que cobriram a programação, publicando avisos e resumos de conferências. Em 1876, o projeto passou a publicar transcrições de algumas conferências na íntegra em um veículo intitulado *Conferências Populares*. Contudo, nem todas as conferências foram registradas, de forma que o conteúdo de muitos encontros se perdeu para sempre (CARULA, 2009).

História e historiadores nas conferências

Para fins de análise, levei em consideração um conjunto de 355 conferências realizadas entre 1873 e 1880. Esse recorte é o mesmo utilizado por Karoline Carula (2009) e por Maria Rachel Fróes da Fonseca (1996), duas das principais pesquisadoras das Conferências da Glória. Conforme apontam as duas historiadoras, esse é o período mais intenso e significativo do projeto.

O primeiro desafio com o qual me deparei neste trabalho foi determinar quais conferências poderiam ser classificadas como “conferências de História”. Nesse exercício de sistematização, levei em conta conferências que abordam questões relativas à escrita da história, aos acontecimentos, aos períodos e a personagens históricos. É o caso, por exemplo, de conferências como “A civilização na história”, de José de Oliveira Campos; “O estudo da história pátria”, de Tristão de Araripe; “Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante”, de José Martins da Cruz Jobim; e “Influência da mulher nas guerras modernas”, de Joaquim Monteiro Caminhoá.

Também levei em consideração conferências de outros campos do conhecimento, mas nas quais o tempo passado se sobressai, caso de “Estado geral da geografia nas três épocas históricas”, de Theophilo das Neves Leão, e daquelas conferências que examinam autores clássicos da literatura ocidental, o que inclui, por exemplo, a conferência de Joaquim José Teixeira sobre La Fontaine e outras, de vários diferentes autores, que buscaram discutir a vida e a obra de figuras como Homero, Virgílio, Dante, Mme. de Staël e Camões. Dessa forma, cheguei ao número de 69 “conferências de história”, montante que equivale a 19,44% do total das apresentações no período aqui recortado.

Essa seleção de critérios procura dar conta da idiosincrasia do campo historiográfico brasileiro no período em tela. História e Literatura estavam em vias de se separar nos últimos anos do século XIX, conforme avançava o processo de institucionalização da disciplina. Mas na década de 1870, esse era um processo ainda incompleto. Nesse século, literatura, história e nação formavam uma força intelectual de difícil decupagem. Segundo explica Temístocles Cezar (2003, p. 74), “poetas e literatos em geral compartilhavam a mesma casa, não sendo raro o exercício de atividades duplas; nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero a outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual”. Vale ressaltar, ainda, que, não havendo cursos de ensino superior em História no Brasil, o estudo do passado era feito por eruditos, intelectuais e profissionais com diferentes formações.

Era muito comum encontrar literatos, jornalistas, bacharéis em Direito e médicos escrevendo obras de natureza histórica, como se pode ver na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - As 69 “conferências de história” de 1873 a 1880

#	Data	Número	Conferencista	Assunto ou título
1	14/12/1873	6	João Manuel Pereira da Silva	Considerações sobre a história e a literatura pátria
2	17/12/1873	7	Theophilo das Neves Leão	Estado geral da geografia nas três grandes épocas históricas
3	21/12/1873	8	João Manuel Pereira da Silva	História e literatura pátria
4	04/01/1874	10	Joaquim José Teixeira	La Fontaine, o fabulista
5	08/02/1874	20	João Manuel Pereira da Silva	História e literatura pátria
6	05/03/1874	27	Barão de Tautphoeus	História da economia política e relação desta ciência com os princípios da moral e da justiça
7	12/03/1874	29	José de Oliveira Campos	A civilização na história
8	26/03/1874	33	Barão de Tautphoeus	História da economia política e relação desta ciência com os princípios da moral e da justiça
9	16/04/1874	37	Barão de Tautphoeus	Colonização
10	26/04/1874	40	João Manuel Pereira da Silva	Sacrifícios que suportou a Europa com o descobrimento, posse e colonização da América
11	03/05/1874	42	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Prometheo, de Eschylo
12	31/05/1874	49	Manuel Francisco Corrêa	Invasões no território do Brasil
13	07/06/1874	51	Antonio Ferreira Viana	Henrique F. d'Aguesseau
14	21/06/1874	55	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Prometheo, de Eschylo
15	12/07/1874	61	Pedro Meirelles	A Antigone de Sophocles
16	30/07/1874	66	Joaquim Monteiro Caminhoá	Influência da mulher nas guerras modernas
17	09/08/1874	69	Luiz de Albuquerque Araújo Cavalcanti	O providencialismo perante a história
18	23/08/1874	73	João Manuel Pereira da Silva	Exame dos escritos e documentos históricos sobre as colônias americanas publicados na Europa durante os séculos XI, XII e XIII

19	30/08/1874	75	João Manuel Pereira da Silva	Exame dos escritos e documentos históricos sobre as colônias americanas publicados na Europa durante os séculos XI, XII e XIII
20	06/09/1874	77	Luiz Alves Leite de Oliveira Bello	América e sua civilização
21	13/09/1874	79	Thomaz Alves Junior	Mme. de Staël
22	20/09/1874	81	João Manuel Pereira da Silva	Homero e Virgílio
23	02/10/1874	85	Francisco José de Freitas	Batalha do Riachuelo
24	04/10/1874	86	João Manuel Pereira da Silva	Dante Alighieri e Luís de Camões
25	11/10/1874	88	João Manuel Pereira da Silva	Torquato Tasso e João Milton
26	18/10/1874	90	João Manuel Pereira da Silva	Milton: Paraíso Perdido
27	08/11/1874	96	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Dante
28	03/01/1875	107	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Dante e Goethe
29	14/03/1875	117	João da Costa Lima e Castro Filho	O século XVIII, sua civilização, suas tendências
30	30/05/1875	126	João Manuel Pereira da Silva	Estudos sobre os processos da literatura, artes e ciências na América Independente, iniciando pela República do Norte
31	13/06/1875	127	João Manuel Pereira da Silva	Seus estudos históricos sobre as Américas: México e Colômbia.
32	27/06/1875	129	João Manuel Pereira da Silva	Colômbia
33	18/07/1875	132	João Manuel Pereira da Silva	Peru, Chile e Bolívia
34	12/09/1875	141	João Manuel Pereira da Silva	O rio da Prata e as missões jesuíticas no Paraguai
35	05/12/1875	153	João Manuel Pereira da Silva	Rio da Prata
36	06/02/1876	162	Tristão de Alencar Araripe	O estudo da história pátria
37	12/03/1876	167	Tristão de Alencar Araripe	Os patriarcas da Independência
38	14/05/1876	176	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática I. Sua origem e desenvolvimento
39	23/05/1876	178	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática II. Teatro Grego
40	11/06/1876	180	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática III. Poesia dramática em Roma
41	02/07/1876	183	João Manuel Pereira da Silva	A Idade Média e os mistérios

42	16/07/1876	185	José Martins da Cruz Jobim	Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante
43	23/07/1876	186	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática V. Poesia dramática nas Espanhas
44	06/08/1876	188	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática VI. O drama de Calderón de La Barca
45	27/08/1876	192	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática VII. Poesia dramática em Inglaterra
46	17/09/1876	199	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal I, os quatro primeiros reinados
47	01/10/1876	203	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal II
48	12/11/1876	215	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática: Shakespeare
49	26/11/1876	218	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal III
50	03/12/1876	220	João Manuel Pereira da Silva	As principais composições dramáticas de Shakespeare
51	17/12/1876	223	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal IV
52	07/01/1877	227	Francisco Antonio de Carvalho	O teatro através da história, escolas literárias
53	31/03/1878	230	Feliciano Pinheiro de Bittencourt	A Guerra das Investiduras
54	14/04/1878	232	Tristão de Alencar Araripe	Ideias dos antigos sobre a geografia e seu conhecimento das terras e dos mares
55	16/06/1878	242	João Manuel Pereira da Silva	Língua Portuguesa, origem, modificação e como acompanha-nos a nação
56	11/08/1878	250	José Maria Velho da Silva	Formação da língua portuguesa, épocas de seu desenvolvimento
57	01/12/1878	266	José Maria Velho da Silva	Literatura Portuguesa no século XVIII
58	15/12/1878	268	José Maria Velho da Silva	Literatura Portuguesa no século XVIII
59	29/12/1878	269	José Maria Velho da Silva	Literatura Portuguesa no século XVIII

60	03/08/1879	288	João Manuel Pereira da Silva	Considerações sobre o crescimento e progresso gradual de nacionalidade, língua e literatura portuguesa, períodos felizes e desgraçados, evoluções e fases.
61	17/08/1879	290	João Manuel Pereira da Silva	Nação, língua e literatura portuguesa no século XV
62	14/09/1879	294	João Manuel Pereira da Silva	Literatura e nacionalidade, Portugal nos séculos XV e XVI, a Inquisição e os jesuítas
63	01/11/1879	299	João Manuel Pereira da Silva	A época de D. Manuel (Língua e Nacionalidade IV)
64	30/11/1879	304	João Manuel Pereira da Silva	Língua e nacionalidade V
65	14/12/1879	306	João Manuel Pereira da Silva	Língua e nacionalidade VI, período da União Ibérica
66	30/05/1880	315	João Manuel Pereira da Silva	Estudos históricos sobre a nacionalidade, língua e literatura portuguesas
67	20/06/1880	318	João Manuel Pereira da Silva	Sobre o grande vulto do padre Antonio Vieira
68	04/07/1880	320	João Manuel Pereira da Silva	Sobre o grande vulto do padre Antonio Vieira
69	25/07/1880	324	João Manuel Pereira da Silva	Sobre o grande vulto do padre Antonio Vieira

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de FONSECA (1996)

Essas 69 “conferências de história” indicadas foram proferidas por 15 conferencistas diferentes. Na tabela 2, adiante, é possível ver quem são essas 15 pessoas, o número de conferências que cada uma proferiu no projeto, o local de nascimento e um resumo de suas principais ocupações políticas, profissionais e intelectuais. Apenas um indivíduo era estrangeiro, Jacob José Herman, mais conhecido como “Barão de Tautphoeus”, nascido na Alemanha. Em alguns casos, não foi possível descobrir informações mais detalhadas sobre os conferencistas.

Tabela 2 - Os “conferencistas de História” das Conferências Populares da Glória

Conferencista	Número de conferências de história	Vida	Nascimento	Principais ocupações e atividades profissionais
João Manuel Pereira da Silva	36	1817-1898	Nova Iguaçu, Rio de Janeiro	Advogado, historiador, escritor de ficção histórica, fundador da cadeira 34 da ABL e senador. Membro do IHGB (CARULA, 2009)
José Martins da Cruz Jobim	5	1802-1878	Rio Pardo, Rio Grande do Sul	Médico, professor de medicina, pioneiro da psiquiatria no Brasil, deputado e senador (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930], s. d.)
José Maria Velho da Silva	4	1811-1901	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Romancista, poeta, membro do IHGB, mordomo da Casa Imperial (ALMANAQUE..., 1903; REVISTA..., 1901)
Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	4	1836-1884	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Vice-presidente da Associação Promotora da Instrução de Meninos, deputado fluminense, membro do Partido Conservador, diretor da revista “A Escola – Revista de Educação e Ensino” (SACRAMENTO BLAKE, 1970; LEITÃO, 2016)
Jacob José Herman (“Barão de Tauphoeus”)	3	1812-1890	Arredores de Munique, Alemanha	Professor de alemão, grego e história no Colégio Pedro II; colaborador da revista “Minerva Brasileira” (PATROCLO et al., 2015)
Tristão de Alencar Araripe	3	1821-1908	Icó, Ceará	Advogado, magistrado, heraldista, deputado, membro do IGHB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ministro do STJ e do STF (LAGO; MATTOSO, 2001)
José de Oliveira Campos	1	1851-1926	Bahia	Advogado pela faculdade do Recife, membro do Partido Conservador, deputado provincial e federal durante o Império. Foi diretor da biblioteca pública do Recife e redator no jornal Estado da Bahia (SOARES et al., 2012).

Theophilo das Neves Leão	1	1832-1906	Bahia	Foi professor de Estatística, História e Geografia. Lecionou no Colégio São Francisco de Paula, na Escola Normal e no Colégio Pedro II. Foi sócio da Imperial Sociedade Amante da Instrução, da Sociedade Literária Auxiliadora de Instrução Popular e sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Exerceu o cargo de Secretário Geral da Instrução Pública na década de 1860. Pertenceu à várias instituições religiosas da cidade do Rio de Janeiro e desenvolveu diversas atividades ligadas ao universo topográfico e livreiro do Rio de Janeiro no século XIX (ARQUIVO NACIONAL, 1992; SANTOS, 2011)
Joaquim José Teixeira	1	1811-1885	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Advogado, poeta, dramaturgo, tradutor, sócio fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros e sócio do IHGB. Formado em Letras pela Universidade de Paris e em Direito pela Academia de São Paulo (SACRAMENTO BLAKE, 1970)
Pedro Meirelles	1	??	??	??
Thomaz Alves Junior	1	1830-1895	Sergipe	Advogado, jurista e consultor. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e em Letras pelo Imperial Colégio Pedro II. Foi presidente da província de Sergipe (1860-1861). Autor do livro "Anotações theoricas e praticas ao Código Criminal" (1864). Foi promotor público no Rio de Janeiro, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. Conselheiro do Imperador. Colaborador na Revista Mensal do Ensaio Philosophico (SANTANA, 2015; SILVA, 2013)
Manuel Francisco Corrêa	1	1831-1905	Paranaguá, Paraná	Advogado, deputado, presidente da província de Pernambuco, membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do IHGB (vice-presidente) (SACRAMENTO BLAKE, 1970)
Antonio Ferreira Viana	1	1833-1903	Pelotas, Rio Grande do Sul	Advogado, jornalista, Ministro da Justiça do Império, filantropo na área de educação e saúde, autor do projeto de lei da abolição. Foi deputado do Partido Conservador pelo Rio de Janeiro e recebeu o título de conselheiro do Império (PORTO-ALEGRE, 1917)

Joaquim Monteiro Caminhoá	1	1836-1896	Salvador, Bahia	Médico, botânico, professor de medicina, membro do Conselho do Imperador D. Pedro II, professor do Colégio Pedro II (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930], s. d.)
Luiz de Albuquerque Araújo Cavalcanti	1	??	??	??
Luiz Alves Leite de Oliveira Belo	1	1849-1915	Niterói, Rio de Janeiro	Advogado, deputado provincial no Rio de Janeiro, presidente de províncias e deputados federal. Integrou a integrou o Conselho de Instrução Pública em Niterói (PINHEIRO, s. d).
Francisco José de Freitas	1	1840-1880	Bahia	Capitão-Tenente, combatente na Batalha do Riachuelo pela Marinha Brasileira (DANTAS, 2000).
João da Costa Lima e Castro Filho	1	1851-1920	Macaé, Rio de Janeiro	Médico, professor de medicina da Faculdade do Rio de Janeiro, redator de revista médica. Membro da Real Academia de Ciências de Lisboa (ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA, s.d.).
Francisco Antonio de Carvalho	1	1855-1879	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Advogado, poeta, colaborador do jornal A República. Promotor público em Angra dos Reis, Rio de Janeiro (CARVALHO, 2016)
Feliciano Pinheiro de Bittencourt	1	1854-?		Médico, professor do Colégio Pedro II (CARULA, 2009).

Fonte: Elaboração do autor

Sobressai-se, neste conjunto, o nome de João Manuel Pereira da Silva, que realizou 36 “conferências de História” no período, mais da metade do número total das conferências de história (52,94%) e número muito maior que o do segundo conferencista de história mais presente, José Martins da Cruz Jobim, que conferenciou cinco vezes. Silva se destaca também no conjunto geral das Conferências Populares da Glória. Ele é o segundo maior conferencista no período aqui analisado (10,14%), estando atrás apenas de Manuel Francisco Corrêa, que soma 41 conferências no mesmo período (CARULA, 2007).

João Manuel Pereira da Silva

Filho do negociante português Miguel Joaquim Pereira da Silva e de Joaquina Rosa de Jesus, João Manuel Pereira da Silva nasceu em Iguaçú, atual Nova Iguaçú, no Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto de 1817. Ainda jovem, aos 17 anos, transferiu-se

para Paris, a fim de estudar direito, formando-se em 1838 (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s. d.). Na capital francesa, sua relação com a literatura, a história brasileira e o pensamento nacionalista se sobressaiu frente aos estudos jurídicos. Contribuiu com títulos literários e históricos importantes da época, como a *Nitheroy – Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, espaço onde floresceu a crítica romântica do período, fundada e redigida por grandes nomes associados ao romantismo, como Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem (TEIXEIRENSE, 2006).

De volta ao Brasil, Pereira da Silva exerceu, pelo Partido Conservador, mandatos de deputado provincial, deputado geral e de senador. Foi titular do Conselho do Império, membro honorário do IHGB e da Academia Real de Ciências de Lisboa. No romance, ele estreou em 1838 com o livro *Uma paixão de artista*. Mas, a despeito da paixão pela ficção, Pereira da Silva ocupou-se bastante com os estudos históricos, tendo esse interesse se materializado nas diversas frentes em que atuou. Uma de suas principais ocupações no campo histórico foi a escrita biográfica. Pereira da Silva narrou a vida de mais de uma dezena de personagens da história política e literária brasileira, como Padre José de Anchieta, Alexandre de Gusmão, José Bonifácio de Andrada e Silva e Gregório de Matos.

Pereira da Silva também escreveu obras de ficção ambientadas em cenários históricos. São de sua autoria folhetins ou novelas como *Religião, Amor e Pátria* (1828) e *O Aniversário de D. Miguel em 1828* (1839), ambos publicados pelo *Jornal do Commercio*, além de *Jerônimo Corte Real* (1840). Em 1843, por encomenda da casa editorial Laemmert, passou a organizar uma coletânea de poemas do período colonial e romântico, publicada naquele ano e que traz um ensaio de sua autoria, intitulado *Uma introdução histórica e biográfica da Literatura Brasileira*. Escreveu, ainda, a monumental *História da Fundação do Império Brasileiro*, dividida em sete volumes publicados entre 1864 e 1868. A obra foi seguida por *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, de 1871, e *História do Brasil de 1831 a 1840*, publicada em 1879 (TASINAFO, 2003; ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s. d.). Mesmo no palanque da Assembleia Geral Legislativa do Império, quando exerceu mandatos de deputado, Pereira da Silva encontrou meios e formas de falar sobre história. Em 1870, a livraria Garnier publicou um livro que reunia vários de seus discursos parlamentares. Ao abrir o livro, o editor avisa quanto ao propósito da obra:

Quando para mais não sirvam, os discursos parlamentares do Sr. Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, deputado pela província do Rio de Janeiro, durante muitas legislaturas, prestam esclarecimentos importantes à história do governo representativo no Brasil. Tratou o Sr. Conselheiro das questões mais árduas, que se suscitaram, sociais, políticas, financeiras e administrativas. Aí encontrará de certo o futuro historiador do Brasil materiais excelentes, que lhe facilitem a empresa de sumariar os acontecimentos do país (SILVA, 1870).

Aos 80 anos, Pereira da Silva ainda se tornou um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 34. Faleceu um ano depois, aos 81 anos, em Paris, em 14 de junho de 1898, tendo o Barão do Rio Branco lhe sucedido na ABL.

A concepção de história e de historiador do maior conferencista de história das Conferências Populares da Glória pode ser encontrada em um trabalho publicado por ele em 1847. Trata-se da antologia de biografias *Plutarco Brasileiro*, a qual, segundo Cezar (2003), foi revista e aumentada em 1858 com o nome de *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. De acordo com Pereira da Silva nesta obra, haveria duas “escolas de historiadores”. Uma teria Heródoto à sua frente e nomes como Bouquet, Mabillon e Froissard como seguidores – esses historiadores narrariam os acontecimentos sem comentá-los, sem fazer observações sobre eles, sendo esta História a “ata fiel e verdadeira dos tempos”. A outra escola reuniria nomes como Herder, Boussuet e Hegel, e entenderia a História como a força de um curso regular, profundamente marcado pelo destino. Nela, o historiador “pesquisa e relata os grandes acontecimentos do mundo, apresentando-os como efeitos de um fatalismo, cuja marcha é inevitável” (SILVA, 1847, p. 73). Pereira da Silva não se identifica nem com uma e nem com outra:

A verdadeira e única escola histórica não é nem a descritiva nem a fatalista. A verdadeira e única escola histórica é a de Tácito e de Tucídides; é a de Gibbon e a de Niebuhr; é a de Machiavelli e de Muller; é a de Plutarco e a de Thierry; é a de Políbio e de Lingard. A verdadeira e única escola histórica exige qualidades morais, e qualidades intelectuais em grau eminente. O amor da verdade, e só da verdade, deve caracterizar o historiador; para consegui-la, torna-se necessário um zelo de exatidão, um escrúpulo de paciência a toda a prova; os túmulos, os monumentos, os epitáfios, tudo lhe serve; decifrará com o mesmo cuidado os velhos e estragados arquivos, os torturados documentos, e os livros limpos e asseados; procurará a verdade no meio do pó dos manuscritos, e a custa de vigílias e dobrados trabalhos; e conseguida a verdade, necessita de todo o sangue frio de seu juízo,

para distribuir justiça, e analisar com imparcialidade. Examinada e conhecida a verdade dos acontecimentos, ouvida a voz dos séculos passados, – a voz própria e verdadeira, – cumpre ao historiador ainda narrar e descrever, e de par com a narração e a descrição, julgar e moralizar. [...] A história é uma missão nobre e elevada, que aperfeiçoa a inteligência, purifica o espírito, esclarece a consciência, e adorna o coração. A descrição e a moralização, a pintura e o juízo, a narração e o raciocínio, são elementos indispensáveis para traçar-se o grande quadro dos acontecimentos humanos, indagar-lhes as causas, descobrir-lhes os resultados, ligar a vida do indivíduo à vida da sociedade, reunir o homem à espécie, e formar assim essa grande lição, para que foi instituída a história (SILVA, 1847, p. 73).

Os jornais não pouparam elogios à Pereira da Silva após sua primeira apresentação nas Conferências Populares da Glória, a sexta do projeto, em 7 de dezembro de 1873, intitulada *Considerações sobre a História e a Literatura Pátria*. Ao fazer o registro da conferência, o *Diário do Rio de Janeiro* sublinhou que, apesar da manhã de domingo chuvosa e da “ameaçadora tempestade” que pairava na cidade, o auditório esteve cheio.

Assistiram suas majestades imperiais, acompanhados de seus camaristas, o presidente do conselho, damas e cavalheiros da primeira sociedade, professores, homens de letras, estudantes das escolas superiores, representantes da imprensa periódica, enfim, um concurso escolhido e ainda mais numeroso que os das precedentes (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2).

Segundo ainda o jornal, “todos desejavam ouvir a palavra autorizada do antigo parlamentar, escritor notável e orador distinto, cuja autoridade em assuntos de história nacional é reconhecida e incontestável” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2). E o público não teria se decepcionado. “O hábil historiador foi na tribuna o que é no gabinete” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2). Quanto ao conteúdo, apresentara uma espécie de “história-síntese”:

A sua palavra foi correta e fluente e o seu pensamento elevado e grandioso! Fazendo exposição da doutrina de que ia tratar, não foi além do programa que se propôs seguir na defesa da sua tese. Como, porém, esse programa é vasto! Ele abrange as raças indígenas antes e depois da descoberta. Ele estuda a ocupação europeia nesse belo país da América, e nesse estudo terá

que apreciar portugueses, franceses, espanhóis e holandeses. Ele enfim abarca toda a época das independências até aos nossos dias, comparando instituições, costumes, leis, progressos e aspirações! A tese enfim consubstancia-se nesta frase do orador: estudar o que fomos, o que somos e o que seremos; em uma palavra: o presente, o passado e o futuro do Brasil (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2).

Pereira da Silva, como se pode ver, levou para a tribuna das Conferências Populares da Glória uma história bem conhecida naquela segunda metade dos oitocentos: uma história marcadamente nacionalista, pautada por um tempo histórico linear, cumulativo e que, sobretudo no caso brasileiro, ao elucidar as contribuições das diferentes “raças” para a constituição da “nação”, permitiria vislumbrar, como diz o autor, “o que somos e o que seremos”, mobilizando, assim, referenciais identitários. É importante notar desde já que, apesar dos elogios feitos pela imprensa ao orador, a conferência do historiador não foi desfrutada pelas camadas populares, apenas por uma elite do Império. A despeito dos esforços dos organizadores do evento, a fim de vulgarizar a ciência, os mais pobres e menos escolarizados pareciam ausentes da tribuna das Conferências Populares da Glória.

Outros conferencistas-vulgarizadores de história

Depois de João Manuel Pereira da Silva, os conferencistas de história mais assíduos no projeto foram José Martins da Cruz Jobim (cinco conferências), José Maria Velho da Silva (quatro conferências), Jacob José Hermann (o “Barão de Tautphoeus”), Tristão de Alencar Araripe e Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira (cada um com três conferências). Todos os demais fizeram apenas uma conferência de “teor histórico” cada.

José Martins da Cruz Jobim (1802-1878) era médico. Sua formação começou em 1821, quando mudou-se para a França, a fim de ingressar na Faculdade de Medicina de Montpellier, tendo se transferido posteriormente para a Faculdade de Medicina de Paris, instituição na qual se diplomou como bacharel em ciências físicas e doutor em medicina. Em 1828, de volta ao Brasil, foi nomeado médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde chefiou uma de suas enfermarias. Deixou a função apenas em 1859, recebendo, no ano seguinte, o título de primeiro e único médico honorário do Hospital da Santa Casa. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (depois Academia Imperial de Medicina) e redator da *Revista Médica Fluminense*. Foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a fiadora do IHGB (CORADINI, 1996).

Jobim foi também professor e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Entre os anos 1850 e 1870, envolveu-se com a política, sendo deputado geral pela província do Rio Grande do Sul e senador do Império pela província do Espírito Santo (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930], s. d.). Nas Conferências Populares da Glória, o médico fez quatro apresentações sobre a “História de Portugal” e uma quinta intitulada “Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante”.

José Maria Velho da Silva (1811-1901) era também médico, mas dedicou-se intensamente ao campo das Letras. Foi crítico literário, proferiu discursos, produziu prosa e poesia. Escreveu obras históricas de grande repercussão, caso de *Homens e fatos da história pátria: estudos biográficos* (1895), utilizada no programa de diversas escolas primárias. *Lições de retórica* (1882), outro título de sua autoria, foi obra de referência no Colégio Pedro II, onde ensinou literatura entre 1878 e 1890 (ALMANAQUE..., 1903, p. 288). Silva foi ainda membro do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade de Geografia (REVISTA..., 1901, p. 472). *Gabriella* (1875), de sua autoria, seu único romance, foi um “romance histórico” ambientado nos tempos coloniais.

Em *Homens e Fatos da História Pátria*, Silva tece vários elogios ao gênero biográfico – nas suas palavras, “um dos ramos mais interessantes da história, e por isso cultivada e aceita desde tempos remotos”. No livro, ele narra a vida de “varões ilustres” que realizaram “feitos gloriosos” que podem servir de exemplo para as novas gerações. Estão na obra: Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Salvador Corrêa de Sá, D. Pedro II, Padre Manuel da Nóbrega, Marechal Deodoro da Fonseca e Visconde do Rio Branco, dentre outras dezenas de homens. Não há nenhuma mulher. Nas Conferências Populares da Glória, ele proferiu três conferências sobre “Literatura Portuguesa no século XVIII” e uma chamada “Formação da língua portuguesa, épocas de seu desenvolvimento”.

Jacob José Hermann, o “Barão de Tautphoeus” (1812-1890), nasceu na Alemanha, mas viveu por mais de meio século no Brasil. Foi professor do Colégio Pedro II, lecionando as disciplinas de alemão, grego e história. Foi também responsável pela direção de diversas instituições de ensino de prestígio, como o Colégio dos Meninos, em Petrópolis (PATROCLO et al., 2015). Em *Minha formação*, Joaquim Nabuco dedica um capítulo inteiro a Hermann, segundo ele, pessoa que lhe causou maior influência singular. “Com sua imaginação toda tomada pela história, ele costumava nos anos de meu ardente liberalismo chamar-me Alcibíades” (NABUCO, 1900, p. 229). Nas Conferências Populares, o Barão deu duas conferências com o título “História da economia política e relação desta ciência com os princípios da moral e da justiça” e outra chamada “Colonização”.

Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) estudou o curso de humanidades em Icó, província do Ceará, e no Seminário São José, no Rio de Janeiro. Começou o curso de direito na Faculdade de Olinda e o terminou na de São Paulo. Tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais em 4 de novembro de 1845. Foi juiz, chefe de polícia e desembargador. Atuou como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e, quando criado o Supremo Tribunal Federal, foi nomeado um de seus ministros. Na carreira política, foi deputado em várias legislaturas, comandou a pasta da Fazenda no 2º Ministério do Governo Provisório e foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul (LAGO; MATTOSO, 2001).

Araripe escreveu bastante sobre a área jurídica e sobre história. Ele é autor de *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850* (1867), "Memória acompanhada de documentos" (1881), "Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais" (1892), "Independência do Maranhão" (1885), "Movimento Colonial da América" (1893), "Primeiro navio francês no Brasil" (1886), entre outros livros, discursos, artigos e conferências. Araripe foi membro do IHGB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Nas Conferências Populares da Glória, apresentou "O estudo da história pátria" (1876), "Os patriarcas da independência" (1876) e "Ideias dos antigos sobre a geografia e seu conhecimento das terras e dos mares" (1878).

Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884) formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Atuou como advogado e foi filiado ao Partido Conservador. Foi juiz de paz de sua freguesia, a da Glória, entre 1864 e 1878, deputado provincial mais de uma vez e deputado geral em quatro legislaturas. Escreveu para a *Revista do Atheneu Paulistano e Escola: revista brasileira de educação* (SACRAMENTO BLAKE, 1970, p.422). Foi vice-presidente da Associação Promotora da Instrução de Meninos. Seu pai, Joaquim José Teixeira, foi sócio-fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros e do IHGB (LEITÃO, 2016, p. 13). Teixeira proferiu duas conferências sobre "Prometheo, de Eschylo", ambas em 1874, e uma sobre "Dante e Goethe", em 1875.

Esse breve mapeamento ajuda-nos a conhecer um pouco mais o perfil dos principais "historiadores das Conferências Populares da Glória". Eram quase todos brasileiros, muitos formados em direito e alguns em medicina. A maioria nasceu no Rio de Janeiro ou vivia na cidade. Muitos tinham contato direto com a família real brasileira. Há predomínio de professores e de pessoas ligadas ao debate da instrução pública. No plano historiográfico, torna-se evidente a ligação de vários conferencistas com o IHGB. Os quatro membros identificados como sócios do IHGB proferiram 48 das 69 "conferências de história". O próprio idealizador do projeto,

Manuel Francisco Corrêa, também era sócio do IHGB, tendo ocupado a vice-presidência da instituição. O IHGB, dessa forma, representado nas Conferências Populares da Glória por meio de seus membros, encontrou uma forma de levar sua visão do passado para lugares extrainstitucionais.

Os temas e as abordagens das conferências de história

No que pese a diversidade de temas, é possível organizar as conferências de história em dois grupos. O primeiro reúne conferências que abordam acontecimentos, períodos e processos históricos. São apresentações sobre guerras, a era medieval, as missões jesuítas, a formação de “civilizações” e o processo de colonização. Sobre Idade Média, por exemplo, João Manuel Pereira da Silva proferiu a conferência “A Idade Média e os mistérios”; enquanto José Martins da Cruz Jobim apresentou a conferência “Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante”. No que tange aos conflitos armados e guerras, Manuel Francisco Corrêa examinou invasões ao território brasileiro; Joaquim Monteiro Caminhoá, por sua vez, discutiu a influência da mulher nas guerras modernas; Francisco José de Freitas propôs uma análise da Batalha de Riachuelo, uma das mais importantes da Guerra do Paraguai; enquanto Feliciano Pinheiro Bittencourt escolheu a “Guerra das Investiduras”.

A perspectiva histórica é marcadamente eurocêntrica nessas conferências. João da Costa Lima e Castro Filho apresentou uma conferência intitulada “O século XVIII, sua civilização, suas tendências”, centrado num século XVIII exclusivamente europeu. José Martins da Cruz Jobim, por sua vez, apresentou a História de Portugal em quatro conferências diferentes. João Manuel Pereira da Silva falou sobre “A época de D. Manuel” e apresentou a conferência “Sacrifícios que suportou a Europa com o descobrimento, posse e colonização da América”, na qual o colonizador é tomado do ponto de vista do herói que supera os desafios do empreendimento colonial – uma inversão na lógica da colonização: aqui, é o agente colonizador quem padece do infortúnio e não o sujeito colonizado. O *Jornal do Commercio* resumiu a performance do conferencista da seguinte forma:

Mostrou o distinto orador os contratemplos que os conquistadores suportaram nos mares, e os sofrimentos porque passaram em terra, onde muitos foram vítimas dos indígenas. Falou dos prejuízos por corsários

e piratas aos navios que viajavam entre as metrópoles e as colônias. Levou as lutas dessas que entre si travaram os próprios conquistadores (JORNAL DO COMMERCIO, 1874, p. 4).

Mas a elite intelectual brasileira que falou sobre história nas Conferências Populares da Glória não ignorava o lugar de onde falava: uma vez que o modelo de ciência e de instrução pública aqui em voga baseava-se em projetos exclusivamente europeus, seria preciso justificar a empresa das Américas no concerto das nações civilizadas. A conexão entre passado e presente, mostrando os laços entre América e Europa, apareceu, assim, em várias apresentações. Ao falar da poesia de Dante e Camões, João Manuel Pereira da Silva traçou uma relação de continuidade entre brasileiros e portugueses:

Temos a mesma origem, a mesma ascendência, o mesmo berço, somos da mesma raça: unidos tomamos a mesma nação; separados, cada um de nós constitui um povo independente; mas somos irmãos, participamos do mesmo passado, mútuas são as venturas pretéritas, mútuas as venturas e glórias antes da emancipação do Brasil (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876b).

O segundo grupo é aquele em que os conferencistas analisam a biografia e as obras de grandes personagens. Há conferências sobre Padre Antônio Vieira, Ésquilo, Sófocles, Homero, Virgílio, Dante Alighieri, Luís de Camões, Torquato Tasso, John Milton, Johann Wolfgang von Goethe, William Shakespeare, Jean de La Fontaine e Mme. de Staël. A vida dos escritores serve como um meio de exploração do passado. Torquato Tasso permite a João Manuel Pereira da Silva examinar a questão das cruzadas, assim como Shakespeare o permite explorar a história da sociedade inglesa. Mas é o gênero biográfico, eivado em nacionalismo, que mais se destaca nessas apresentações. A biografia desses homens eruditos é apresentada como parâmetro para o indivíduo no presente. Essas conferências reverenciam não só autores, mas os “vultos históricos” da política e da cultura; cultuam a genialidade de suas obras, destacam o seu patriotismo e a sua erudição; suas vidas são examinadas como vidas exemplares.

Na conferência sobre Torquato Tasso, João Manuel Pereira da Silva destaca a vida acidentada do poeta italiano. Embora lhe faltasse a “melancolia de Camões”

ou a “sublimidade de Homero”, Tasso seria, segundo Pereira da Silva, um gênio da imaginação. “Predomina nele a imaginação. Nenhum poeta o igualava nessa faculdade de espírito”, escreve o historiador do IHGB. (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876e, p. 38). Com Shakespeare ocorre o mesmo. “Nenhum poeta foi mimoseado pela Providência com imaginação mais rica, robusta, opulenta, poderosa e brilhante” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876d, p. 7). Pereira da Silva sugere ver o dramaturgo como “patriota” e “historiador”:

E acima de todos estes predicados um orna o poeta que merece particularmente nossa admiração e simpatia. Shakespeare é um excelente patriota. Estudou a história de Inglaterra até o seu tempo; extasiou-se diante das qualidades viris da raça anglo-saxônica; encheu-se de prazer e de entusiasmo pelos feitos de alguns dos seus varões ilustres. Com a instrução segura de historiador, burilou os acontecimentos gloriosos do povo inglês em alguns dramas de primor, que por si só bastariam para assegurar-lhe nas letras o mais elevado lugar de poeta patriota. Estas qualidades todas reunidas em um homem lhe formaram e o caracterizaram o gênio superior, o gênio sublime (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876c, p. 13).

Esse projeto está em consonância com o espírito do seu tempo. O século XIX vai marcar o fortalecimento do gênero biográfico. A história de uma nação será contada por meio da trajetória de vida de um conjunto de eleitos que se destacam pela pujança de seus atos, ou ainda, pela notabilidade de seus esforços altruístas no heroico ato de construção da Nação. Conforme explica Manoel Salgado (2008, p. 21), “suas vidas narradas se entrelaçam com a vida dessa mesma comunidade em formação, dando-lhes projeção para trás num passado distante, como forma de legitimar organizações tão recentes”. Mas o que é interessante constatar no caso das Conferências Populares da Glória é que nessas conferências de cunho biográfico, embora os “heróis do panteão nacional” estejam contemplados, mais atenção será dedicada à trajetória de indivíduos e obras de outros países. É da vida e da obra de sujeitos históricos da Europa que também serão retiradas lições. Vale dizer, ainda, que esse tipo de conferência era pertinente a um evento de vulgarização científica, mas não porque a história fosse já considerada uma ciência, e sim porque a vulgarização científica nos oitocentos era orientada pelo ideal de instrução pública, que abria a porta para saberes ainda não completamente institucionalizados no circuito da ciência, caso da história.

As conferências desse segundo grupo, tal qual as conferências do grupo anterior, articulam história e literatura, língua e nacionalidade, na conformação de um espírito patriótico indispensável ao Brasil na sua tarefa de se incluir no *hall* das nações civilizadas. Algumas ocupam-se com a escrita da história. Dois nomes se destacam, ambos dos quadros do IHGB: Pereira da Silva, com conferências sobre história e literatura pátria, língua e nacionalidade, e Tristão de Alencar Araripe, autor das conferências “História Pátria – como cumpre escrevê-la” (1876) e “Os patriarcas da independência” (1876).

“História Pátria – como cumpre escrevê-la” é talvez o exemplo mais bem-acabado desse esforço. Na conferência, o futuro ministro do Supremo Tribunal Federal conjuga a escrita da história pátria com a função principal da instrução pública de levar luz ao povo. “Os povos sem luzes”, ele escreve, “em vez de conterem o poder social por atos de prudência e sabedoria, quando vítimas de alguma injustiça, rompem, por assomos de irreflexão, em lamentáveis catástrofes” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 50). A história, assim, como ele a denomina, é “mestra da vida” e “luz da verdade”, uma história, que, conforme ressalta, “não constitui uma ciência de mero deleite e recreação, mas uma escola de proveitosa lição para o homem e a sociedade” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 48). Sua conferência, da qual o subtítulo é explicativo, é um guia para os historiadores que desejam escrever a história do Brasil. Esses historiadores, preconiza Araripe, podem ser “benfeitores da pátria”, desde que tenham em mente duas coisas:

Premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano, aos quais a prudência dos séculos denomina heróis, e exercitar nobres estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo, desse sentimento sublimado e generoso, que dignifica o homem ante a própria consciência e infunde-lhe valor para as mais altas empresas, que o homem pode cometer. Se o historiador não tiver nos seus intuitos conseguir esses dois fins supremos da lição da história, não compreenderá por certo o destino da mesma história, nem poderá, portanto, ser o seu fiel intérprete. O escritor brasileiro, pois, que pretender escrever a história da nossa pátria, terá em consideração desenhar a figura respeitável dos nossos homens beneméritos, de maneira que excitem em nossos corações o amor para com a suas veneradas sombras, e nos persuadirão do quanto é doce a recompensa da virtude pela gratidão da posteridade. [...] Se o pintarmos com perfeição, e se ao retrato dermos os traços característicos do verdadeiro herói, oferecendo à imaginação do leitor as feições íntimas da alma do homem egrégio, teremos exibido modelos capazes de excitar os mais santos desejos de imitação.

[...] Pode o historiador ser benfeitor da pátria se souber no manejo da pena escolher assuntos e figurar os grandes moldes, em que deve fundir-se o patriotismo brasileiro (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 50).

Araripe desenvolve seu argumento empregando a retórica da “querela dos antigos e modernos”, termo comumente designado para descrever o debate desencadeado por eruditos franceses e ingleses entre o fim do século XVII e meados do XVIII quanto à superioridade ou não dos autores da Antiguidade Clássica frente àqueles da Era Moderna (SÁ JÚNIOR, 2016; NORMAN, 2011). Araripe não vacila e, como quase todo “moderno oitocentista”, ele considera que os historiadores modernos (como ele) levam vantagem em praticamente todos os aspectos, quando comparados aos historiadores antigos.

No seu estratagema de oposições simples, os antigos celebravam as proezas bélicas, a cultura da guerra e do horror, faltando-lhes os elementos cruciais da crítica; aquela cultura histórica enfatizaria apenas os feitos dos grandes indivíduos e, no que diz respeito à história das sociedades, exaltava-se tão somente os fatos nos quais tomavam parte aqueles homens notáveis; já os historiadores modernos, segundo Araripe, contariam uma história contraparte da antiga: mais abundante, mais diversa, a história dos povos; seus heróis são os heróis da paz e não da guerra, aqueles homens “que no silêncio dos gabinetes regem com sabedoria os povos, e aqueles que nos milagres da indústria melhorarão a condição dos homens, santificando assim os esforços do trabalho e da moral” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 53). Segundo explica ainda Araripe, os historiadores modernos querem analisar todos os tipos de fatos, interessando-lhes desde a vida dos reis até as ações do simples operário. A vitória da modernidade seria incontestável.

Araripe reconhece, não obstante, uma virtude dos historiadores da Antiguidade: a capacidade de biografar. “A antiguidade oferece-nos neste ponto insigne modelo de forma, cujo estudo é digno do escritor sincero”, ele diz. (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 5). E sua maior referência é dada a conhecer: Plutarco. De acordo com Araripe, assumir o método do grego permitirá ao historiador brasileiro aquilo que deve ser um dos seus mais “sagrados deveres”: venerar a memória dos “varões beneméritos”.

Este biógrafo dos grandes homens gregos e romanos dá-nos com pincel magistral o retrato de seus heróis por tal forma delineados, que impossível é ao leitor não achar aí uma escola de moral e patriotismo, que enobrece

o coração, o encha da inabalável convicção, de que *pátria* é entidade real, a que devemos sacrifícios, e não artificiosa invenção para ilegítimas especulações. Pinte o historiador brasileiro os nossos grandes cidadãos, como Plutarco desenhou os homens célebres da Grécia e Roma, e estou certo que conseguirá fazer relevantíssimo serviço ao seu país, a quem dará patriotas sinceros e verdadeiros (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 59).

A diferença, deste modo, entre a biografia produzida pelos antigos e a biografia dos modernos é fundamentalmente o biografado, conforme sugere o magistrado:

Não são heróis somente aqueles a quem as proezas estrondosas deram celebridade; não, também o são aqueles que no silêncio dos gabinetes descobrem as leis da gravitação; aqueles que nos laboratórios químicos acham as combinações da matéria; aqueles que no assíduo labor da indústria inventam os teares, aplicam a força motriz do vapor, e sujeitam a faísca elétrica à vontade e ao serviço do homem (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 60).

Araripe deixa claro, portanto, que a vitória dos modernos frente aos antigos é a vitória, também e sobretudo, da indústria, das novas fontes de energia, das novas máquinas, da capacidade que a ciência e a tecnologia modernas deram ao homem de controlar a natureza e de sujeitá-la às suas vontades. Essa é uma sociedade, na visão do autor, que se destaca não por forças centrípetas de destruição do outro, da submissão de um povo a outro, no que se justificava, na antiguidade, a biografia dos grandes líderes guerreiros, mas pela sinergia promovida pela industrialização, pelo entendimento, pela palavra do progresso e do desenvolvimento. A ciência é a chave para se construir a civilização.

Também merece algum destaque a recomendação de Araripe em conciliar a história do povo com a história dos heróis, ainda que não os heróis dos historiadores da Antiguidade, e sim os “heróis modernos”, indo desde políticos ilustres, “operários da paz e do desenvolvimento humano”, até os grandes cientistas e inventores, igualmente arautos deste novo tempo da ciência e da racionalidade que guiam e projetam as nações modernas. Aqui, fica ainda mais evidente a centralidade da escrita biográfica, mas uma centralidade que, conforme sublinha Maria da Glória de Oliveira (2012), renova-se no século XIX. O ato de biografar e de encontrar personagens modulares para os homens do presente certamente não era uma prática nova, mas, dentro dos

quadros das transformações da disciplina histórica, a biografia vai precisar se adequar. Os biografáveis ganham estatuto de personagens históricos, inscritos no estatuto da gênese nacional, e cujas ações são não apenas narradas, mas também devidamente documentadas (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

Considerações finais

Embora a historiografia da divulgação científica no Brasil tenha se desenvolvido de forma significativa nas últimas duas décadas, ainda são poucos os trabalhos que investigam o lugar da história e dos historiadores em atividades e projetos do gênero. Teria a história coabitado com as ciências naturais espaços considerados de vulgarização científica? Quando olhamos para as Conferências Populares da Glória, podemos dizer que sim.

De um ponto de vista programático, isso foi possível porque, nas Conferências Populares da Glória, a vulgarização do saber científico estava submetida ao ideal de instrução popular, de modo que o repertório de conhecimentos não se restringia às áreas que já haviam completado o seu processo de cientificização. Porém, é preciso reconhecer que as características do período na esfera científica também contribuíram para a presença da história em meio às demais áreas do conhecimento.

Elisabeth Badinter (2007) esclarece que até meados do século XVIII não havia distinção entre “homens de ciência” e “homens de letras”. Essas duas culturas, explica, não estavam rigidamente separadas, como hoje, entre “científica” e “literária”, mas formavam uma única, a chamada “República das Letras”. No século XIX, esse cenário começa a se transformar mediante o processo de especialização das ciências; à medida que esse processo avança, maior será a oposição entre as ciências naturais e as sociais e humanas – embora muitos historiadores tenham feito, ao longo do século XIX, um grande esforço para que a história fosse vista como ciência, rigorosamente distinta da literatura e das artes. Porém, esse processo só se consolida no século XX.

Nesse sentido, o século XIX figura como um espaço de transição, onde, apesar do avanço da disciplinarização e da compartimentação das ciências, saberes distintos ainda ocupam os mesmos espaços. Eventos e projetos de vulgarização científica no oitocentos costumavam ser flexíveis no que diz respeito à inclusão das humanidades, sendo estas disciplinas vistas como fundamentais para a realização dos projetos civilizatórios da época. Como bem sublinhou *O Vulgarizador*, “o jornal dos conhecimentos úteis”, em seu número de estreia, em 1877, “todos os conhecimentos úteis nos servirão,

portanto, nesta viagem. As ciências sociais e políticas, bem como as ciências naturais nos levantarão a cada momento um ponto do véu em que se nos ocultam os grandes segredos da natureza” (O VULGARIZADOR, 1877, p. 2).

Cabe observar que um dos entraves enfrentados por muitos projetos de vulgarização científica no século XIX foi o da sua efetiva capacidade de levar a ciência para as parcelas mais populares da sociedade. Muitos projetos não serão efetivamente populares. Foi o que aconteceu com as Conferências Populares da Glória. Embora os idealizadores do projeto visassem a um público formado também por setores “populares”, as Conferências Populares da Glória foram acessíveis apenas a uma elite letrada e bem relacionada do Segundo Reinado. Segundo Carula (2009, p. 37), “para assistir às Conferências era necessária a aquisição de um cartão de entrada; estes bilhetes, para aqueles que não os haviam recebido previamente, eram distribuídos no dia da conferência, antes do seu início. Um ingresso permitia o acesso a todas as pessoas de uma mesma família”. A autora ressalta ainda que havia uma seleção do público. Tanto a distribuição das conferências quanto a dos bilhetes eram feitas pelo próprio conselheiro Corrêa e conferencistas.

Desde cedo a imprensa carioca esteve atenta ao problema. Em dezembro de 1873, o *Diário do Rio de Janeiro* não poupou elogios a Pereira da Silva, que falara sobre “História e Literatura pátria”, mas ressaltou que a sua apresentação, a exemplo de outras, que antecederam a dele na Glória, não fora assim tão *popular*. “Foi uma conferência não *popular*, mas *científica*, elevada na forma e na essência; na tese e na demonstração; na doutrina e na palavra” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2.). E o problema não era do conferencista, que teria sabido ocupar bem o papel que lhe concederam, mas da organização. “As conferências literárias e científicas”, procurou explicar o jornal em tom didático, “serão para os homens ilustrados; as populares serão para o povo, que precisa educar-se e instruir-se” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2.). O problema das Conferências da Glória, resumiu o jornal, é que nela “se quiseram amalgamar as duas ideias, prejudicando-se ambas com esse duplo pensamento” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2.).

Nestas os preletores devem ser professores práticos, habituados ao ensino das escolas; naquelas só talentos provados, que tenham o dom sublime da palavra, podem ocupar a tribuna, que não deve descer nunca ao nível das mediocridades, porque a ostentação dos talentos nesses certames públicos da palavra não satisfaz uma vaidade pessoal, mas convém ao nome, à honra, à glória da nação! Neste sentido aplaudimos a conferência do

Sr. Conselheiro Pereira da Silva, mas não deixaremos de pedir ao mesmo tempo, que, já que se fazem conferências para os sábios, se façam também conferências para o povo. É o povo que precisa de luz; prometeram-lhes, é-lhes devida. Por fim, ainda instamos para que as conferências tomem um caráter público (...) Abri as portas das conferências e convide o povo a tomar parte nesse primeiro banquete da civilização (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2).

Não era a primeira vez que o jornal fazia esse tipo de crítica. Alguns dias antes, após a conferência de Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira sobre “a moralidade e o bem-estar das classes laboriosas”, o jornal salientou que não via o povo no auditório das conferências populares. “E como havia de ser de outro modo, se a entrada se fazia por bilhetes, distribuídos previamente entre pessoas de elevada posição social”? (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873a, p. 4.) Ironicamente, destacou a crítica, em uma palestra sobre classes trabalhadoras, não havia representantes da referida classe no auditório da conferência.

Ora, desde que as conferências se fazem à porta fechada e com exclusão das classes laboriosas, as únicas que delas podiam tirar algum proveito, têm forçosamente errado o título; serão científicas, literária, administrativas e aristocráticas, o que quiserem, menos conferências populares (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873a, p. 4).

Segundo Fonseca (1996), Corrêa havia idealizado o projeto, de modo que as conferências fossem “franqueadas a todos”, tendo em vista o seu principal objetivo, isto é, a “instrução do povo”, mas, conforme pontua a autora, sua plateia acabou sendo, em geral, segundo relatos da época, como os do *Diário do Rio de Janeiro*, constituída por um público bastante elitizado, formado por membros da família imperial, da aristocracia da corte, estudantes e profissionais liberais. O fato de não haver ainda no Brasil uma classe média certamente contribuiu para inviabilizar o projeto de popularização das Conferências da Glória. Aqueles que podiam consumir produtos culturais com tal nível de sofisticação e erudição faziam parte de uma pequena camada privilegiada. Uma das conferências, a do jornalista francês Felix Baelly, em 1874, por exemplo, foi feita na língua nativa do orador, o que mostra os enormes entraves à popularização do evento. A falta de acesso dos mais pobres às conferências populares era tão evidente que foi usada como ironia por jornais da cidade. Em 1875, ao falar dos problemas urbanos da

Rua Paissandu, no Rio de Janeiro, *O Globo* pedia que o leitor imaginasse por ali andando, “um pobre filho do povo, desses que não podem penetrar as Conferências Populares da Glória” (O GLOBO, 1875, p. 3).

Os indicadores socioeconômicos do período ajudam a explicar o cenário brasileiro. De acordo com Alceu Ravanello Ferraro e Daniel Kreidlow (2004), a taxa de analfabetismo para o conjunto do país, segundo o Censo de 1872, era de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais, situação que se manteve inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. No Rio de Janeiro, capital, a taxa era de 77,2% em 1872 e foi para 66,8% em 1890. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, projetos de vulgarização científica poderiam, de fato, alcançar parcelas mais pobres da sociedade, valendo-se do número cada vez maior de pessoas alfabetizadas e escolarizadas, mas no Brasil isso ainda era uma realidade distante.

À guisa de conclusão, é importante voltar ainda a outro elemento que se destaca ao se analisar a história e os historiadores das Conferências Populares da Glória: a marcante presença de indivíduos ligados ao IHGB, de modo que estudar as *Conferências* nos permite notar como a concepção histórica dos membros desta entidade não se limitava ao mundo dos artigos e dos livros. O projeto historiográfico da instituição era expansivo, deslocando-se por onde seus membros atuavam. Esse deslocamento era tributário de suas redes de sociabilidade e de sua capacidade de inserção política. O fato de o conselheiro Manuel Francisco Corrêa, grande idealizador do projeto, ter sido um alto membro na estrutura do IHGB não parece fortuito. Foi desse seu lugar que vieram os mais assíduos, influentes e propositivos conferencistas de história das Conferências Populares da Glória. Examinar essas conferências, a partir desse ponto de vista, nos permite também, como vimos, perceber o imbricamento entre história e literatura em um momento fulcral para a escrita da história, a saber, o da institucionalização da disciplina.

Entre 1913 e 1915, o IHGB organizou uma série de conferências visando à vulgarização da história que parece inspirada na experiência da Glória (MELO, 2019). Mas por que, então, atividades do gênero, isto é, voltadas para um público mais amplo, não se tornaram uma dimensão tão ativa no fazer dos historiadores brasileiros do século XX, na mesma medida que o ensino e a pesquisa histórica? Eis o que o mapeamento das atividades e debates sobre a divulgação da história, nos séculos XIX e XX, incluindo a sua relação com a divulgação científica propriamente dita, deve ainda, no futuro, nos ajudar a entender.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia** [João Manuel Pereira da Silva]. Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>. Acesso em: 4 mar. 2020.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **João da Costa Lima e Castro**. s. d. Disponível em: <https://www.anm.org.br/joao-da-costa-lima-e-castro>. Acesso em: 1 nov. 2021.

ALMANAQUE **Garnier**, Rio de Janeiro, ed. 1, 1903.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil no Rio Grande do Sul**: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Historico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1867.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Independência no Maranhão. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 48, v. 71, p. 159-171, 1885.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da América. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t.56, v. 88, p. 91-115, 1893.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 55, v. 86, pt. 2, p. 15-23, 1892

ARARIPE, Tristão de Alencar. Primeiro navio francês no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 49, v. 73, p. 315-360, 1886.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos Privados. Teófilo das Neves Leão. *In*: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Inventário das coleções**. Rio de Janeiro, 2005. p. 599-603. dig. (AN/SCO/SDP 064, v. 2) - Não impressos.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Inventário das coleções da Seção de Documentos Privados**. Rio de Janeiro, 1992. v.1, p. 134-135, dat. - Não impressos.

BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória (1735-1751). Rio de Janeiro: Record, 2007.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Conferências Populares da Freguesia da Glória**. Rio de Janeiro: SBHE, 2002.

CARULA, Karoline. **A tribuna da ciência:** as Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). São Paulo: Annablume, 2009.

CARULA, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880).** Campinas: UNICAMP, 2007.

CARVALHO Júnior. Francisco Antônio de Carvalho Júnior. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.* São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21753/carvalho-junior>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CEZAR, Temístocles. **Livros de Plutarco:** biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura, Caxias do Sul*, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 10, 1876d.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 14, 1876e.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 2, 1876a.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 3, 1876b.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 4, 1876c.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 425-466, 1996.

DANTAS, Ney. **A História da Sinalização Náutica Brasileira e breves memórias.** Rio de Janeiro: Ed. FEMAR, 2000.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 15 dez. 1873b.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 16 dez. 1873c.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 7 dez. 1873a.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930]. **Casa de Oswaldo Cruz.** S. l.: Fiocruz, s. d.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, 2004.

FONSECA, Maria Rachel da. As “Conferências Populares da Glória”: a divulgação do saber científico. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, fev. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n3/a07v2n3.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 18 abr. 1874.

LAGO, Laurênio.; MATTOSO, Pedro José Xavier. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos: 1828-2001**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

LEITÃO, Luís. Felipe Figueiredo. **Educação e progresso: o ensino sob o olhar conservador (1873-1890)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

MALET, Antoni. **Divulgación y popularización científica en el siglo XVIII: entre la apología cristiana y la propaganda ilustrada**. Quark, Barcelona, p. 13-23, 2002.

MELO, Thaís de. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Educação: caminhos, cruzamentos e disputas (1900-1922). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

NORMAN, Larry F. **The shock of the ancient: literature and history in early modern France**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 13 de abr. de 1875.

O VULGARIZADOR, Rio de Janeiro, n. 1, 1877.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

PATROCLO, Luciana Borges; LOPES, Ivone Goulart; CRAVO, Regina Lúcia Ferreira. Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da ‘Revista da Semana’. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 15, n. 3 (39), p. 173-200, 2015.

PINHEIRO, Luciana; BELO, Oliveira. **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) da FGV CPDOC**. s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BELO,%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

PORTO-ALEGRE, Achylles. **Homens Illustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

REVISTA da Semana, Rio de Janeiro, n. 56, 9 jun. 1901.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1894.

SÁ JÚNIOR, Luiz César. **A querela dos antigos e modernos**: um panorama historiográfico. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 494-515, 2016.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v.

SALGADO, Manoel. Prefácio: a biografia como escrita da história. *In*: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 19-26.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Os índios em Sergipe oitocentista**: catequese, civilização e alienação de terras. 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **Congregação da Escola Normal**: da legitimidade outorgada à legitimidade (re) conquistada (1880-1910). 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, 1999.

SCOTT, Donald M. The popular lecture and the creation of a public in mid-nineteenth-century America. **The Journal of American History**, Bloomington, v. 66, n. 4, p. 791-809, 1980.

SILVA, Jaqueline Neves da. Na letra da lei: incêndios propositais, legislação e justiça criminal no Rio de Janeiro em finais do século XIX. **XXVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH/SNH: Natal, 2013.

SILVA, João Manuel Pereira da. **História da fundação do Império brasileiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Historia do Brazil de 1831 a 1840**: governos regencias durante a menoridade. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior Typographo-Editor, 1878.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Jerônimo Corte-Real**. Crônica portuguesa do século XVI. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840.

SILVA, João Manuel Pereira da. O aniversário de D. Miguel em 1828. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 18, 21 jan. 1839a. Folhetim, p. 2.

SILVA, João Manuel Pereira da. Religião, amor e pátria. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 62, 15 mar. 1839b. Folhetim, p. 2.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1871.

SILVA, João Manuel Pereira. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: BL Garnier, 1870.

SILVA, João Manuel Pereira. **Plutarco brasileiro**. [S. l.]: E. e H. Laemmert, 1847. v. 1.

SILVA, José Maria Velho da. **Gabriella**: chronica dos tempos coloniaes. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1875.

SILVA, José Maria Velho da. **Homens e factos da historia patria estudos biograficos seguindo a ordem estabelecida no programma das escolas primarias**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1895.

SILVA, José Maria Velho da. **Lições de rhetorica para uso da mocidade brasileira**. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1882.

SILVA, Pereira da Silva; J M Pereira da et al. **Parnaso brasileiro**: ou Seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira por J. M. P. da Silva. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1843.

SOARES, Francisco Sérgio Mota et al. **A Biblioteca Pública da Bahia**: dois séculos de história. Salvador: Secretaria da Cultura, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, Diretoria de Bibliotecas Públicas, 2012.

TASINAFO, Célio R. Introdução - Memórias do meu tempo: política como ciência experimental. In: SILVA, João Manuel Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2003. p. 11-52.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo Carneiro. **O jogo das tradições**: a idéia de Brasil nas páginas da revista Nitheroy (1836). 2006. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

VERGARA, Moema de Rezende. Contexto e conceitos: história da ciência e "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. **Interciencia**, Caracas, v. 33, n. 5, p. 324-330, 2008.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Bruno Leal Pastor de Carvalho é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em História desta mesma instituição. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná. Tem desenvolvido pesquisas sobre História Pública, História Digital e Divulgação Científica. É fundador e editor do portal *Café História*, especializado na divulgação científica de História. Também desenvolve pesquisas sobre crimes nazistas e justiça no imediato pós-guerra. É organizador, ao lado de Ana Paula Tavares Teixeira, do livro *História Pública e Divulgação de História*, publicado em 2019 pela Editora Letra e Voz.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade de Brasília, Departamento de História, Asa Norte, Brasília, DF, 70910-900, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ana Paula Tavares, que revisou as diversas versões deste texto. Agradeço também à Karoline Karula, pela interlocução sobre as Conferências Populares da Glória.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

Matheus Henrique Faria Pereira – Editor Executivo

DIREITOS AUTORAIS

Bruno Leal Pastor de Carvalho.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 29 de outubro de 2020.

Alterado em: 8 de março de 2021.

Aprovado em: 10 de março de 2021.